

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	17
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	20
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	20
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	21
12. INTANGÍVEL	23
13. FORNECEDORES	24
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	25
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	26
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
18. PROVISÕES.....	29
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	35
20. RECEITA.....	37
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	40
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	44
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	45
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	47
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	54
26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	56
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	56
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	57
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	420.602	426.074
Títulos e Valores Mobiliários	5	465.359	327.680
Consumidores e Revendedores	6	2.412.827	2.414.864
Concessionários – Transporte de Energia	6	148.561	150.289
Tributos Compensáveis	7	144.479	154.990
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	267.486	308.520
Estoques		38.661	39.799
Contribuição de Iluminação Pública		167.037	148.646
Reembolso Subsídios Tarifários	10	73.345	63.751
Subvenção Baixa Renda		30.765	36.261
Ativos Financeiros da Concessão	11	-	397.725
Outros Créditos com a Eletrobrás		27.661	90.065
Outros		223.579	296.246
TOTAL DO CIRCULANTE		4.420.362	4.854.910
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	11.081	14.678
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.140.094	1.002.236
Tributos Compensáveis	7	133.946	122.855
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.110.945	1.071.535
Consumidores e Revendedores	6	60.304	57.829
Concessionários - Transporte de Energia	6	73.421	76.687
Outros Créditos		176.010	37.343
Ativos Financeiros da Concessão	11	287.198	216.107
Intangíveis	12	9.111.962	8.977.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.104.961	11.576.907
ATIVO TOTAL		16.525.323	16.431.817

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	15	457.688	319.472
Debêntures	15	1.646.901	1.190.069
Fornecedores	13	1.239.801	1.049.363
Impostos, Taxas e Contribuições	14	448.328	537.856
Salários e Encargos Sociais		157.107	149.928
Encargos Regulatórios	16	261.793	308.049
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		19.158	10.170
Obrigações Pós-Emprego	17	167.207	142.347
Contribuição de Iluminação Pública		285.918	273.668
Passivos Financeiros da Concessão	11	947.534	481.835
Outras		278.251	356.468
TOTAL DO CIRCULANTE		5.909.686	4.819.225
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	15	873.069	1.192.048
Debêntures	15	3.134.394	3.496.662
Provisões	18	464.754	347.514
Obrigações Pós-Emprego	17	2.832.177	2.795.139
Impostos, Taxas e Contribuições	14	612.622	614.569
Encargos Regulatórios	16	368.870	321.033
Passivos Financeiros da Concessão	11	-	323.140
Outras		20.979	22.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.306.865	9.112.725
TOTAL DO PASSIVO		14.216.551	13.931.950
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	19		
Capital Social		2.771.998	2.361.998
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	410.000
Reservas de Lucros		509.810	509.810
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(781.941)	(781.941)
Prejuízos Acumulados		(191.095)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.308.772	2.499.867
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.525.323	16.431.817

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado
RECEITA	20	5.619.766	5.189.580
CUSTOS OPERACIONAIS	21		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.054.465)	(2.495.624)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(314.264)	(436.904)
		<u>(3.368.729)</u>	<u>(2.932.528)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(502.479)	(473.221)
Materiais		(12.348)	(11.975)
Serviços de Terceiros		(296.975)	(290.080)
Amortização		(243.606)	(231.363)
Provisões Operacionais		(152.278)	(62.232)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(421.112)	(533.039)
Outros		(13.043)	(21.591)
		<u>(1.641.841)</u>	<u>(1.623.501)</u>
CUSTO TOTAL		(5.010.570)	(4.556.029)
LUCRO BRUTO		609.196	633.551
DESPESAS OPERACIONAIS	21		
Despesas com Vendas		(140.765)	(173.892)
Despesas Gerais e Administrativas		(274.443)	(223.308)
Outras Despesas Operacionais		(233.647)	(202.594)
		<u>(648.855)</u>	<u>(599.794)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		(39.659)	33.757
Receitas Financeiras	22	205.427	428.796
Despesas Financeiras	22	(433.533)	(555.716)
Resultado Antes dos Impostos		(267.765)	(93.163)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(61.188)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	137.858	15.258
RESULTADO DO PERÍODO		(191.095)	(77.905)
Resultado Básico e Diluído por ação – R\$		(0,0810)	(0,0330)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16 Reapresentado
RECEITA	20	2.851.778	2.498.134
CUSTOS OPERACIONAIS	21		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.675.757)	(1.219.609)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(151.817)	(223.559)
		<u>(1.827.574)</u>	<u>(1.443.168)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(300.527)	(241.459)
Materiais		(8.233)	(8.218)
Serviços de Terceiros		(168.145)	(157.000)
Amortização		(127.239)	(120.905)
Provisões Operacionais		(81.879)	5.767
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(239.754)	(314.445)
Outros		(11.588)	(18.883)
		<u>(937.365)</u>	<u>(855.143)</u>
CUSTO TOTAL		(2.764.939)	(2.298.311)
LUCRO BRUTO		86.839	199.823
DESPESAS OPERACIONAIS	21		
Despesas com Vendas		(74.570)	(97.331)
Despesas Gerais e Administrativas		(138.408)	(76.533)
Outras Despesas Operacionais		(110.483)	(107.930)
		<u>(323.461)</u>	<u>(281.794)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		(236.622)	(81.971)
Receitas Financeiras	22	102.928	286.724
Despesas Financeiras	22	(217.570)	(272.041)
Resultado Antes dos Impostos		(351.264)	(67.288)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	43.267	4.968
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	67.994	11.556
RESULTADO DO PERÍODO		(240.003)	(50.764)
Resultado Básico e Diluído por ação – R\$		(0,1017)	(0,0215)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do Período	(191.095)	(77.905)
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(191.095)</u>	<u>(77.905)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Resultado do Período	(240.003)	(50.764)
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(240.003)</u>	<u>(50.764)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Recursos Destinados à aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	-	735.957	(402.107)	-	2.695.848
Resultado do Período	-	-	-	-	(77.905)	(77.905)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(77.905)	(77.905)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000	-	-	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	-	97.803	-	-	97.803
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	2.361.998	410.000	833.760	(402.107)	(77.905)	3.125.746
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867
Aumento de capital (Nota 19)	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Resultado do Período	-	-	-	-	(191.095)	(191.095)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(191.095)	(191.095)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	2.771.998	-	509.810	(781.941)	(191.095)	2.308.772

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	(191.095)	(77.905)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	157.874	152.480
Amortização	263.051	243.855
Provisões para Perdas Operacionais	293.043	236.124
Perdas nas baixas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	6.031	17.480
Juros e Variações Monetárias	356.599	253.187
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	331.896	663.555
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.670)	(15.258)
	<u>1.140.729</u>	<u>1.473.518</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(141.203)	(50.372)
Concessionários – Transporte de Energia	4.994	(437)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	145.502	341.694
Tributos Compensáveis	(580)	(8.014)
Imposto de Renda e Contribuição Social	41.034	(17.508)
Depósitos Vinculados a Litígios	(25.957)	(13.913)
Reembolso Subsídios Tarifários	(9.594)	7.944
Subvenção Baixa Renda	5.496	(493)
Outros	(37.909)	(8.145)
	<u>(18.217)</u>	<u>250.756</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	190.438	(351.991)
Tributos e Contribuição Social	(91.475)	15.761
IR e CSLL a pagar	62.355	-
Salários e Encargos Sociais	7.179	41.679
Encargos Regulatórios	1.581	(27.021)
Obrigações Pós-Emprego	(95.976)	(84.651)
Outros	(100.006)	(150.394)
	<u>(25.904)</u>	<u>(556.617)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.096.608	1.167.657
Juros Pagos	(285.119)	(785.884)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(123.543)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	687.946	381.773
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(134.082)	(91.444)
Em Fundos Vinculados	(9)	(6)
Em Intangível	(382.164)	(453.542)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(516.255)	(544.992)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	-	2.249.633
Pagamentos de Empréstimos	(177.163)	(1.968.576)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	-	(87.302)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	410.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(177.163)	603.755
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.472)	440.536
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	426.074	318.834
No fim do período	<u>420.602</u>	<u>759.370</u>
	(5.472)	440.536

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017		30/06/2016 Reapresentado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	9.340.041		9.157.712	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	421.112		533.039	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.511		5.325	
Outras Receitas	1.479		2.380	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(140.765)</u>		<u>(173.892)</u>	
	9.623.378		9.524.564	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.360.581)		(2.744.359)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(346.295)		(481.437)	
Serviços de Terceiros	(535.964)		(483.645)	
Materiais	(199.472)		(262.442)	
Outros Custos Operacionais	<u>(251.311)</u>		<u>(211.693)</u>	
	<u>(4.693.623)</u>		<u>(4.183.576)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.929.755		5.340.988	
RETENÇÕES				
Amortização	(263.051)		(243.855)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.666.704		5.097.133	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	205.427		428.796	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.872.131		5.525.929	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	753.064	15,46	654.294	11,83
Remuneração Direta	414.153	8,50	455.985	8,24
Benefícios	188.560	3,87	167.553	3,03
FGTS	26.908	0,55	30.756	0,56
Programas de Desligamento de Empregados	123.443	2,53	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	3.803.395	78,06	4.278.563	77,43
Federais	1.566.479	32,15	2.043.391	36,98
Estaduais	2.233.564	45,84	2.231.902	40,39
Municipais	3.352	0,07	3.270	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	506.767	10,40	670.977	12,15
Juros	472.481	9,70	635.213	11,50
Aluguéis	34.286	0,70	35.764	0,65
Remuneração de Capital Próprio	(191.095)	(3,92)	(77.905)	(1,41)
Prejuízos Acumulados	<u>(191.095)</u>	<u>(3,92)</u>	<u>(77.905)</u>	<u>(1,41)</u>
	4.872.131	100,00	5.525.929	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig D”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig D tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo 8.309.491 consumidores em 30 de junho de 2017 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$1.489.324. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 30 de junho de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig D totalizaram R\$2.104.589 e R\$4.007.463, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$687.946.

A Cemig D estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de agosto de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2017, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/06/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	11	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	12	Intangível
15	13	Fornecedores
16	14	Impostos, Taxas e Contribuições
17	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	16	Encargos Regulatórios
19	17	Obrigações Pós-Emprego
20	18	Provisões
21	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	20	Receita
23	21	Custos e Despesas Operacionais
24	22	Receitas e Despesas Financeiras
25	23	Transações com Partes Relacionadas
26	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	25	Mensuração Pelo Valor Justo
30	26	Reajuste Tarifário Anual
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa
32	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais

2.3. Reapresentações nas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2016

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do período.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos seus negócios (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado.

Essas alterações não provocaram nenhum efeito nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nem nas demonstrações dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

As reclassificações nas demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

R\$ mil	30/06/2016 Apresentado	Reclassificações	30/06/2016 Reapresentado
RECEITA	5.184.255	5.325	5.189.580
CUSTO TOTAL	(4.556.029)	-	(4.556.029)
LUCRO BRUTO	628.226	5.325	633.551
DESPESAS OPERACIONAIS	(599.794)	-	(599.794)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	28.432	5.325	33.757
Receitas Financeiras	434.121	(5.325)	428.796
Despesas Financeiras	(555.716)	-	(555.716)
Resultado Antes dos Impostos	(93.163)	-	(93.163)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.258	-	15.258
RESULTADO DO PERÍODO	(77.905)	-	(77.905)
Resultado Básico e Diluído por ação – R\$	(0,0330)	-	(0,0330)

R\$ mil	Abr a Jun/2016 Apresentado	Reclassificações	Abr a Jun/2016 Reapresentado
RECEITA	2.494.655	3.479	2.498.134
CUSTO TOTAL	(2.298.311)	-	(2.298.311)
LUCRO BRUTO	196.344	3.479	199.823
DESPESAS OPERACIONAIS	(281.794)	-	(281.794)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	(85.450)	3.479	(81.971)
Receitas Financeiras	290.203	(3.479)	286.724
Despesas Financeiras	(272.041)	-	(272.041)
Resultado Antes dos Impostos	(67.288)	-	(67.288)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	4.968	-	4.968
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.556	-	11.556
RESULTADO DO PERÍODO	(50.764)	-	(50.764)
Resultado Básico e Diluído por ação – R\$	(0,0215)	-	(0,0215)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R\$ mil	30/06/2016 Apresentado		Reclassificações	30/06/2016 Reapresentado	
RECEITAS	9.519.239		5.325	9.524.564	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.183.576)		-	(4.183.576)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.335.663		5.325	5.340.988	
RETENÇÕES					
Amortização	(243.855)		-	(243.855)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.091.808		5.325	5.097.133	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas Financeiras	434.121		(5.325)	428.796	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.525.929		-	5.525.929	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	654.294	11,83	-	654.294	11,83
Impostos, Taxas e Contribuições	4.278.563	77,43	-	4.278.563	77,43
Remuneração de Capitais de Terceiros	670.977	12,15	-	670.977	12,15
Remuneração de Capital Próprio	(77.905)	(1,41)	-	(77.905)	(1,41)
	5.525.929	100,00	-	5.525.929	100,00

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	34.640	82.447
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	358.143	225.779
Overnight	27.819	117.848
	385.962	343.627
	420.602	426.074

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 60% a 105% em 2017 (75% a 106,5% em 2016), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 10,14% a.a. em 2017 (13,64% a.a. em 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	51.026	10.471
Letras Financeiras – Bancos	265.039	236.424
Letras Financeiras do Tesouro	110.594	61.463
Debêntures	49.297	33.358
Outros	484	642
	476.440	342.358
Ativo Circulante	465.359	327.680
Ativo Não Circulante	11.081	14.678

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% em 2017 (98,5% a 105,25% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% do CDI em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 2017 (104,25% a 113% do CDI em 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 24. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 23.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2017	31/12/2016
Residencial	815.142	409.353	330.002	1.554.497	1.449.693
Industrial	177.527	31.533	94.680	303.740	315.341
Comércio, Serviços e Outras	392.971	96.166	169.335	658.472	681.848
Rural	202.732	59.396	31.945	294.073	256.896
Poder Público	126.095	33.074	28.829	187.998	159.148
Iluminação Pública	34.691	1.017	4.367	40.075	42.355
Serviço Público	88.182	4.374	16.562	109.118	101.489
Subtotal – Consumidores	1.837.340	634.913	675.720	3.147.973	3.006.770
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	17
Concessionários – Transporte de Energia	211.419	10.563	67.734	289.716	294.710
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(743.454)	(743.454)	(602.689)
	2.048.759	645.476	878	2.695.113	2.699.669
Ativo Circulante				2.561.388	2.565.153
Ativo Não Circulante				133.725	134.516

O ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Residencial	330.002	250.039
Industrial	94.680	88.555
Comércio, Serviços e Outras	169.335	145.179
Rural	31.945	22.093
Poder Público	28.829	9.444
Iluminação Pública	4.367	4.471
Serviço Público	16.562	15.174
Concessionários – Transporte de Energia	67.734	67.734
	743.454	602.689

A movimentação do ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições	173.892
Baixas	(108.123)
Saldo em 30 de junho de 2016	633.854
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições	140.765
Saldo em 30 junho de 2017	743.454

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS a Recuperar	75.409	86.866
COFINS	53.566	53.566
PIS-PASEP	11.631	11.631
Outros	3.873	2.927
	144.479	154.990
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	131.621	119.138
COFINS	1.973	3.117
PIS-PASEP	352	600
	133.946	122.855
	278.425	277.845

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2018.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de Renda	207.223	221.656
Contribuição Social	60.263	86.864
	267.486	308.520

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	84.581	84.581
Obrigações Pós-Emprego	833.636	805.292
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	286.732	219.761
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais (2)	158.016	118.155
Outros	13.066	10.198
	1.529.186	1.391.142
Passivos Fiscais Diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(216.777)	(220.820)
Encargos Financeiros Capitalizados	(156.914)	(148.559)
Custo de Captação	(15.401)	(19.527)
	(389.092)	(388.906)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.140.094	1.002.236

(1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.

(2) Refere-se às provisões para contingências.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	15.258
Saldo em 30 de junho de 2016	723.900
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	137.858
Saldo em 30 de junho de 2017	1.140.094

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado Antes dos Impostos	(267.765)	(93.163)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício Nominal	91.040	31.675
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.287	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.088)	(1.375)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(1.261)
Multas Indedutíveis	(8.323)	(7.568)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.112)	(6.157)
Outros	(134)	(56)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	76.670	15.258
Alíquota Efetiva	28,63%	16,38%
Corrente	(61.188)	-
Diferido	137.858	15.258

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Resultado Antes dos Impostos	(351.264)	(67.288)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício Nominal	119.430	22.878
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	(706)	(193)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(611)	(939)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	367
Multas Indedutíveis	(3.627)	(2.416)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.037)	(3.135)
Outros	(188)	(38)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	111.261	16.524
Alíquota Efetiva	31,67%	24,56%
Corrente	43.267	4.968
Diferido	67.994	11.556

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhista	224.894	197.762
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	10.150	9.817
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	612.622	612.622
IR/CS indenização do anuênio (2)	187.835	182.739
Outros	35.973	29.660
	846.580	834.838
Outros		
Regulatório	18.677	18.230
Cível	6.809	7.270
Relações de Consumo	3.687	3.578
Bloqueio Judicial	5.147	4.607
Outros	5.151	5.250
	39.471	38.935
	1.110.945	1.071.535

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 14.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Provisões (Indenização do Anuênio)

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de junho de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$401.695 (R\$409.102 em 30 de junho de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	252.392	216.107
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	34.806	397.725
	287.198	613.832
Ativo Circulante	-	397.725
Ativo Não Circulante	287.198	216.107

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	947.534	804.975
Passivo Circulante	947.534	481.835
Passivo Não Circulante	-	323.140

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	35.752
Baixas	(352)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	5.325
Saldo em 30 de junho de 2016	176.708
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107
Transferências do Ativo Intangível	34.789
Baixas	(15)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.511
Saldo em 30 de junho de 2017	252.392

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.008.177	738.483	1.746.660	1.443.964	924.914	2.368.878
Ativo Circulante	1.008.177	67.694	1.075.871	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo Não Circulante	-	670.789	670.789	-	377.673	377.673
Passivo	(1.910.786)	(748.602)	(2.659.388)	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)
Passivo Circulante	(1.910.786)	(112.619)	(2.023.405)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo Não Circulante	-	(635.983)	(635.983)	-	(700.813)	(700.813)
Total Circulante Líquido	(902.609)	(44.925)	(947.534)	397.725	(481.835)	(84.110)
Total Não Circulante Líquido	-	34.806	34.806	-	(323.140)	(323.140)
Total Líquido	(902.609)	(10.119)	(912.728)	397.725	(804.975)	(407.250)

Componentes Financeiros	30/06/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(338.818)	(85.151)	(423.969)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	19.158	(45.174)	(26.016)	1.923	8.103	10.026
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	4.857	(7.625)	(2.768)	5.254	3.926	9.180
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(11.277)	-	(11.277)	13.080	4.247	17.327
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(92.251)	(203.009)	(295.260)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(189.373)	378.575	189.202	422.852	(78.922)	343.930
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	18.387	(21.065)	(2.678)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	(67.277)	21.768	(45.509)	78.254	(76.367)	1.887
Outros Itens Financeiros	(246.015)	-	(246.015)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(36.420)	(36.420)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (2)	-	(12.018)	(12.018)	-	-	-
TOTAL	(902.609)	(10.119)	(912.728)	397.725	(804.975)	(407.250)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(2) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(432.169)
(-) Realização	(231.386)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(341.694)
(+) Atualização Selic (1)	187.564
Saldo líquido em 30 de junho de 2016	531.971
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.297
(-) Realização	(333.193)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(145.502)
(-) Atualização Selic	(28.080)
Saldo líquido em 30 de junho de 2017	(912.728)

(1) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$145.502 (R\$341.694 de janeiro a junho de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão						
Líquidos	14.912.566	(6.853.470)	8.059.096	14.168.765	(6.630.859)	7.537.906
Intangível em Curso	1.052.866	-	1.052.866	1.439.731	-	1.439.731
Total Intangível	15.965.432	(6.853.470)	9.111.962	15.608.496	(6.630.859)	8.977.637

b) Muta o do Ativo Intangível em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adi�es	533.039
Transfer�ncias para o Ativo Financeiro	(35.752)
Baixas	(17.128)
Amortiza�o	(243.855)
Saldo em 30 de junho de 2016	8.649.472
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637
Adi�es	421.112
Transfer�ncias para o Ativo Financeiro	(34.789)
Baixa de Obriga�o Especial	17.069
Baixas	(6.016)
Amortiza�o	(263.051)
Saldo em 30 de junho de 2017	9.111.962

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adi es de R\$421.112 está contemplado R\$38.948 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$79.497 em 30 de junho de 2016), conforme apresentado na Nota Explicativa 15.

A taxa de amortiza o média anual da Companhia   de 3,85%. As principais taxas anuais de amortiza o, de acordo com a Resolu o Normativa da ANEEL n  674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribui�o	(%)	Administra�o	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Ve�culos	14,29
Estrutura – Poste do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador de Distribui�o A�reo	4,00	Edifica�o	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tens�o	4,35		

13. FORNECEDORES

	30/06/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	324.665	125.066
Encargos de uso da rede el�trica	61.482	52.441
Energia el�trica comprada para revenda	432.040	422.727
Itaipu binacional	219.658	206.827
Materiais e servi�os	201.956	242.302
	1.239.801	1.049.363

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS	364.948	426.984
COFINS	46.033	63.626
PIS-PASEP	9.873	13.786
INSS	14.010	16.733
ISSQN	5.093	5.891
Outros	8.371	10.836
	448.328	537.856
Não Circulante		
COFINS	503.343	505.018
PIS-PASEP	109.279	109.551
	612.622	614.569
	1.060.950	1.152.425

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável a tese da Companhia. A Companhia aguarda a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos da decisão.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2017						31/12/2016
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.433	21.061	22.494	23.049
Dívida em Moeda Estrangeira				1.433	21.061	22.494	23.049
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	172.204	328.456	500.660	501.352
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	16.487	40.735	57.222	68.042
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	5.149	3.137	8.286	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	58.520	-	58.520	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 % do CDI	R\$	203.895	479.680	683.575	681.418
Dívida em Moeda Nacional				456.255	852.008	1.308.263	1.488.471
Total de Empréstimos e Financiamentos				457.688	873.069	1.330.757	1.511.520
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	428.085	-	428.085	463.880
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	24.178	1.461.841	1.486.019	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	15.706	871.961	887.667	894.918
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	248.521	-	248.521	235.136
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05 %	R\$	930.411	800.592	1.731.003	1.597.689
Total de Debêntures				1.646.901	3.134.394	4.781.295	4.686.731
Total Geral				2.104.589	4.007.463	6.112.052	6.198.251

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$149.064, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.570. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.433	-	-	-	-	-	-	21.061	22.494
Total por Moedas	1.433	-	-	-	-	-	-	21.061	22.494
Indexadores									
IPCA (1)	288.600	(394)	482.259	482.257	497.131	218.064	218.064	436.226	2.622.207
UFIR/RGR (2)	7.693	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	57.222
CDI (3)	1.079.588	1.651.214	436.824	234.217	-	-	-	-	3.401.843
TR (4)	3.645	-	-	-	-	-	403	101	4.149
IGP-DI (5)	1.200	533	457	457	605	295	295	295	4.137
Total por Indexadores	1.380.726	1.667.710	932.452	728.141	501.143	221.623	221.141	436.622	6.089.558
Total Geral	1.382.159	1.667.710	932.452	728.141	501.143	221.623	221.141	457.683	6.112.052

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Taxa Referencial (TR);
- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º Semestre 2017 %	Varição Acumulada no 1º Semestre 2016 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º Semestre 2017 %	Varição Acumulada no 1º Semestre 2016 %
Dólar Norte-Americano	1,51	(17,80)	IPCA	1,18	4,42
Euro	9,79	(16,68)	CDI	5,61	6,72

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	2.310.000
Custos de Captação	(60.367)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.249.633
Variação Monetária e Cambial	113.129
Encargos Financeiros Provisionados	423.549
Encargos Financeiros Pagos	(785.884)
Amortização de Financiamentos	(1.968.576)
Saldo em 30 de junho de 2016	7.051.893
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Variação Monetária e Cambial	44.491
Encargos Financeiros Provisionados	331.592
Encargos Financeiros Pagos	(285.119)
Amortização de Empréstimos	(177.163)
Saldo em 30 de junho de 2017	6.112.052

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	331.592	423.549
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(38.948)	(79.497)
Efeito Líquido no Resultado	292.644	344.052

(1) Taxa média de capitalização: 7,63% no período de janeiro a junho de 2017 (8,38% no período de janeiro a junho de 2016).

Garantias

Em 30 de junho de 2017, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e Fiança	5.004.929
Recebíveis	850.316
Sem Garantia	256.807
TOTAL	6.112.052

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	428.085	463.880
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.486.019	1.495.108
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	887.667	894.918
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	248.521	235.136
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.731.003	1.597.689
TOTAL			4.781.295	4.686.731

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”).

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2017	31/12/2016
Eficiência Energética	323.738	290.687
Pesquisa e Desenvolvimento	89.901	77.065
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	154.383	181.491
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.371	1.361
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	630.663	629.082
Passivo Circulante	261.793	308.049
Passivo Não Circulante	368.870	321.033

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	57.038	66.942	1.509	26.991	152.480
Contribuições Pagas	(45.375)	(32.199)	(804)	(6.273)	(84.651)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	847.923	1.006.573	22.664	419.380	2.296.540
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa Reconhecida no Resultado	54.802	69.580	1.520	31.972	157.874
Contribuições Pagas	(56.610)	(35.971)	(855)	(2.540)	(95.976)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	1.062.314	1.291.908	28.100	617.062	2.999.384
				30/06/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				167.207	142.347
Passivo Não Circulante				2.832.177	2.795.139

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$131.804 (R\$105.895 no primeiro semestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$26.070 (R\$46.585 no primeiro semestre de 2016).

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de junho de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$208.030, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Cemig D ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	266.119	151.385	(426)	(24.398)	392.680
Cíveis					
Relações de Consumo	13.307	7.609	(1.760)	(7.630)	11.526
Outras Ações Cíveis	36.842	3.627	-	(998)	39.471
	50.149	11.236	(1.760)	(8.628)	50.997
Tributárias	3.674	995	-	(310)	4.359
Regulatórias	21.435	93	(11.370)	(93)	10.065
Outras	6.137	2.125	-	(1.609)	6.653
Total	347.514	165.834	(13.556)	(35.038)	464.754

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	216.101	29.165	(1.176)	(12.925)	231.165
Cíveis					-
Relações de Consumo	14.084	7.918	-	(6.032)	15.970
Outras Ações Cíveis	26.885	8.709	-	(2.499)	33.095
	40.969	16.627	-	(8.531)	49.065
Tributárias	3.313	160	(71)	(78)	3.324
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	20.814	13.413	-	(1.643)	32.584
Outras	9.912	6.648	(2.477)	(6.551)	7.532
Total	291.169	66.013	(3.781)	(29.728)	323.673

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intemediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.304.880 (R\$1.327.216 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$392.680 (R\$266.119 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações cujo objeto são horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria complementar pela Forluz e ajustes salariais.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$21.318 (R\$23.092 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$11.526 (R\$13.307 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$194.879 (R\$187.700 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$39.471 (R\$36.842 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$28.976 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$4.359 (R\$3.674 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$155.396 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$10.065 (R\$21.435 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$90.398 (R\$89.117 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$6.653 (R\$6.137 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$187.835 (R\$182.739 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$216.775 (R\$207.876 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$980.795 (R\$1.039.997 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$116.830 (R\$116.357 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$181.317 (R\$186.972 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$86.926 (R\$82.129 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$24.485 (R\$23.510 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), controladora da Companhia, é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.243.262 (R\$1.281.195 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$265.185 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$333.974 (R\$316.675 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$250.369 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$76.104 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.052 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$151.164 (R\$150.761 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	(191.095)	(77.905)
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,0810)	(0,0330)

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	(240.003)	(50.764)
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,1017)	(0,0215)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Resultado Diluído é igual ao Resultado Básico.

Aumento de Capital Social

Em 12 de maio de 2017, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária aprovaram o aumento de capital social da Cemig D, no valor de R\$410.000. O capital social, que era de R\$2.361.998, passou para R\$2.771.998, através da integralização dos recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC, sem emissão de novas ações.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	224.986	224.986
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	8.083	8.083
Reserva de Retenção de Lucros	276.741	276.741
	509.810	509.810

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 30 de junho de 2017 é de R\$8.083.

20. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	8.184.155	8.394.930
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	914.654	852.866
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(331.896)	(663.555)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	421.112	533.039
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	1.511	5.325
Outras Receitas Operacionais (f)	573.128	573.471
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(4.142.898)	(4.506.496)
	5.619.766	5.189.580

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.005.582	4.063.995
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	447.050	435.691
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(29.294)	(531.351)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	239.754	314.445
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	284	3.479
Outras Receitas Operacionais (f)	297.398	276.841
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(2.108.996)	(2.064.966)
	2.851.778	2.498.134

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Residencial	5.033.072	5.016.742	3.919.023	3.959.675
Industrial	1.297.569	1.683.119	754.406	952.088
Comércio, Serviços e Outros	2.731.679	2.997.704	1.964.621	2.183.956
Rural	1.748.525	1.683.739	778.845	678.786
Poder Público	436.654	451.683	269.345	276.061
Iluminação Pública	675.900	673.420	264.456	266.756
Serviço Público	639.342	612.103	286.754	268.675
Subtotal	12.562.741	13.118.510	8.237.450	8.585.997
Consumo Próprio	18.050	19.086	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(53.295)	(191.067)
Total	12.580.791	13.137.596	8.184.155	8.394.930

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Residencial	2.496.022	2.526.223	1.927.609	1.936.041
Industrial	653.536	851.818	379.508	461.489
Comércio, Serviços e Outros	1.322.077	1.482.428	949.758	1.063.733
Rural	950.049	959.912	410.527	356.233
Poder Público	226.041	236.281	138.206	141.615
Iluminação Pública	341.420	344.358	134.604	128.891
Serviço Público	324.405	319.218	142.494	131.728
Subtotal	6.313.550	6.720.238	4.082.706	4.219.730
Consumo Próprio	8.788	9.634	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(77.124)	(155.735)
Total	6.322.338	6.729.872	4.005.582	4.063.995

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, atualizada pelo IPCA.

f) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2017	30/06/2016
Serviço Taxado	4.599	2.940
Outras Prestações de Serviços	4.607	5.119
Subvenções (*)	503.020	510.577
Aluguel e Arrendamento	59.886	49.860
Outras	1.016	4.975
	573.128	573.471

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Serviço Taxado	2.543	1.515
Outras Prestações de Serviços	2.799	2.449
Subvenções (*)	260.338	245.074
Aluguel e Arrendamento	31.059	24.428
Outras	659	3.375
	297.398	276.841

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.233.296	2.230.939
PIS-PASEP	154.407	151.392
COFINS	711.209	697.330
ISSQN	228	239
	3.099.140	3.079.900
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	25.690	33.894
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	827.798	1.007.759
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	10.276	13.558
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	10.276	13.558
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	5.138	6.779
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	156.435	343.218
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	8.145	7.830
	1.043.758	1.426.596
	4.142.898	4.506.496

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.102.372	1.093.196
PIS-PASEP	78.039	70.195
COFINS	359.454	323.318
ISSQN	140	117
	1.540.005	1.486.826
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	12.903	23.591
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	411.925	457.014
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	5.161	9.437
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	5.161	9.437
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.581	4.719
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	127.177	69.953
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	4.083	3.989
	568.991	578.140
	2.108.996	2.064.966

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal (a)	643.937	587.896
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	17.640	9.511
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	131.804	105.895
Materiais	20.053	17.437
Serviços de Terceiros (b)	360.937	312.807
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.054.465	2.495.624
Amortização	263.051	243.855
Provisões Operacionais (d)	293.043	236.124
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	314.264	436.904
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	421.112	533.039
Outras Despesas Líquidas (f)	139.119	176.731
	5.659.425	5.155.823

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Pessoal (a)	389.758	299.501
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	4.124	9.511
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	66.899	55.932
Materiais	11.945	9.222
Serviços de Terceiros (b)	188.244	145.830
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.675.757	1.219.609
Amortização	133.284	122.010
Provisões Operacionais (d)	156.449	91.564
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	151.817	223.559
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	239.754	314.445
Outras Despesas Líquidas (f)	70.369	88.922
	3.088.400	2.580.105

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 (cinco) remunerações mensais para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a 1 (uma) remuneração mensal. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$123.443, correspondente à adesão de 705 empregados até a data mencionada.

b) Serviço de Terceiros

	30/06/2017	30/06/2016
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	71.115	67.508
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	107.239	105.836
Comunicação	36.128	30.260
Conservação e Limpeza de Prédios	36.404	32.642
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	3.316	2.999
Corte e Religação	12.332	1.765
Podas de Árvores	8.967	5.389
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	7.449	8.537
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	1.256	1.144
Serviços de Tecnologia da Informação	17.894	9.038
Mão de Obra Contratada	2.678	3.426
Hospedagem e Alimentação	4.653	4.013
Vigilância	4.436	5.377
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.435	1.815
Manutenção e Conservação de Veículos	811	833
Reprografia e Publicações Legais	8.932	6.346
Consultoria	2.788	3.236
Outros	33.104	22.643
	360.937	312.807

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	37.750	31.704
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	49.675	45.425
Comunicação	20.194	14.203
Conservação e Limpeza de Prédios	19.341	17.543
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	2.385	1.534
Corte e Religação	8.053	585
Podas de Árvores	5.310	3.411
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	5.048	4.423
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	613	604
Serviços de Tecnologia da Informação (recuperação de despesas)	6.903	(837)
Mão de Obra Contratada	1.626	2.290
Hospedagem e Alimentação	2.404	2.384
Vigilância	2.267	2.796
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	743	879
Manutenção e Conservação de Veículos	456	488
Reprografia e Publicações Legais	5.523	3.942
Consultoria	1.720	1.407
Outros	18.233	13.049
	188.244	145.830

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	30/06/2017	30/06/2016
Energia de Itaipu Binacional	616.817	607.291
Contratos por Cotas de Garantia Física	243.038	251.160
Cotas das Usinas de Angra I e II	121.888	108.453
Energia de Curto Prazo	687.833	247.495
Contratos Bilaterais	144.218	140.616
Energia adquirida em Leilão	1.391.971	1.226.502
PROINFA	150.644	162.730
Geração Distribuída	4.172	112
Créditos de PASEP/COFINS	(306.116)	(248.735)
	3.054.465	2.495.624

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Energia de Itaipu Binacional	322.771	290.716
Contratos por Cotas de Garantia Física	120.925	120.581
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.226
Energia de Curto Prazo	545.330	161.250
Contratos Bilaterais	74.230	71.806
Energia adquirida em Leilão	642.185	561.058
PROINFA	75.322	81.365
Geração Distribuída	2.247	100
Créditos de PASEP/COFINS	(168.197)	(121.493)
	1.675.757	1.219.609

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	30/06/2017	30/06/2016
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	140.765	173.892
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	150.959	27.989
Cíveis	9.476	16.627
Tributárias	995	89
Ambientais	-	(57)
Regulatórias	(11.277)	13.413
Outras	2.125	4.171
	152.278	62.232
	293.043	236.124

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	74.570	97.331
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	93.211	(3.887)
Cíveis	2.213	7.532
Tributárias	314	148
Ambientais	-	-
Regulatórias	(11.781)	(8.061)
Outras	(2.078)	(1.499)
	81.879	(5.767)
	156.449	91.564

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal	23.588	31.856
Materiais	179.419	245.005
Serviços de Terceiros	175.025	170.835
Encargos Financeiros	38.948	79.497
Aquisição de Imóveis e Instalações	1.755	247
Arrendamentos e Aluguéis	671	396
Impostos e Taxas	127	322
Outros	1.579	4.881
	421.112	533.039

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Pessoal	13.862	17.399
Materiais	100.745	150.244
Serviços de Terceiros	105.629	101.481
Encargos Financeiros	17.503	40.058
Aquisição de Imóveis e Instalações	232	247
Arrendamentos e Aluguéis	375	260
Impostos e Taxas	88	160
Outros	1.320	4.596
	239.754	314.445

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	30/06/2017	30/06/2016
Arrendamentos e Aluguéis	31.910	34.464
Propaganda e Publicidade	7.591	1.981
Consumo Próprio de Energia Elétrica	10.813	11.517
Subvenções e Doações	4.945	6.595
Anuidade CCEE	2.053	1.889
Seguros	1.140	1.016
Forluz – Custeio Administrativo	9.491	9.080
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.638	42.070
Agentes Arrecadadores	35.287	35.548
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	20.860	25.025
Impostos e Taxas	3.516	4.021
Outras	8.875	3.525
	139.119	176.731

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Arrendamentos e Aluguéis	16.369	17.538
Propaganda e Publicidade	6.995	887
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.303	5.716
Subvenções e Doações	2.662	4.194
Anuidade CCEE	1.020	922
Seguros	591	476
Forluz – Custeio Administrativo	4.780	4.709
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.699	30.184
Agentes Arrecadadores	17.835	17.673
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	6.306	7.439
Impostos e Taxas	722	1.316
Outras (Recuperação de Despesas)	6.087	(2.132)
	70.369	88.922

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	39.386	58.222
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	132.658	135.446
Variações Cambiais	17.589	41.808
Variações Monetárias	8.267	4.319
Variação Monetária Depósitos Judiciais	13.453	11.105
Variação Monetária – CVA	-	187.564
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(13.525)	(26.140)
Outras	7.599	16.472
	205.427	428.796
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(292.644)	(344.052)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(26.070)	(46.585)
Variações Cambiais	(17.865)	(17.174)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(45.079)	(127.667)
Variação Monetária – CVA	(28.080)	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(13.116)	(13.699)
Outras Variações Monetárias	(832)	(1.989)
Outras	(9.847)	(4.550)
	(433.533)	(555.716)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(228.106)	(126.920)

	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	21.798	34.171
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	62.611	65.433
Variações Cambiais	6.956	27.600
Variações Monetárias	3.111	3.470
Variação Monetária Depósitos Judiciais	10.259	473
Variação Monetária – CVA	-	167.833
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(6.000)	(18.859)
Outras	4.193	6.603
	102.928	286.724
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(139.939)	(192.780)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(12.038)	(19.429)
Variações Cambiais	(15.513)	(48)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(17.010)	(47.627)
Variação Monetária – CVA	(21.911)	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(6.446)	(7.932)
Outras Variações Monetárias	(235)	(709)
Outras	(4.478)	(3.516)
	(217.570)	(272.041)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(114.642)	14.683

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	15.532	8.851	-	-	(15.532)	(13.489)
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	5.132	621	-	-	(5.132)	(4.924)
Operações com Energia Elétrica (2)	2.363	3.714	19.549	17.505	21.294	18.589	(91.521)	(57.390)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.838	7.037	-	-	(30.048)	(42.357)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	19.429	17.636	-	-	(86.751)	(83.593)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.595	3.755	-	-	(55.813)	(4.739)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	814	710	-	-	(3.457)	(3.341)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	97.780	71.340	-	-	69.390	76.735	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.364	5.111	-	-	(35.578)	(27.630)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.745	1.460	-	-	(7.374)	(6.763)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	253	-	-	1.724	1.562	-	-
Prestação de Serviço (4)	2.430	4.128	1.065	3.399	1.745	1.518	(3.441)	(4.880)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	158.905	197.825	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	322.702	265.543	-	-	14.328	27.220	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	11.081	14.679	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	87.435	62.420	-	-	(54.802)	(57.038)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(9.491)	(9.080)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	5.898	5.948	-	-	(15.898)	(7.162)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	974.879	1.001.702	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	74.389	72.463	-	-	(71.100)	(68.451)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.245.619	1.213.271	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.

- (5) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 17);
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel das sedes administrativas da Companhia;
- (9) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 17).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 6, 13 e 20 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2017	31/12/2016
				Cemig D 26,12% (1)	Cemig D 24,94% (1)
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	1.427
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	-	2.722
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	14.592	13.034
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.640	2.522
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	2.785	2.470
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	2.623	2.323
CEMIG GT	Notas Promissórias	128,00% do CDI	25/08/2017	18.284	-
				40.924	24.498

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no primeiro semestre de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	4.184	3.391
Participação nos Resultados (Reversão)	73	(444)
Benefícios Assistenciais	348	344
Total	4.605	3.291

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Obrigações com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$34.664 em 30 de junho de 2017 (R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016), incluído na nota explicativa nº 5. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$34.551 em 30 de junho de 2017 (R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016), foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Obrigações com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para as Obrigações com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos da ELETROBRAS, o valor justo é conceitualmente similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$6.112.052 (R\$6.198.251 em 31 de dezembro de 2016) e o valor justo é de R\$6.063.133 (R\$6.089.851 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig D está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em Empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	6.800	22.494	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	66.956	219.658	62.320	206.827
Passivo Líquido Exposto	73.756	242.152	69.392	229.876

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 30 de junho de 2018 será uma valorização de 3,45% (R\$3,422). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2017	Cenário Dólar R\$3,422	Cenário Dólar R\$4,278	Cenário Dólar R\$5,133
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 15)</i>	22.494	23.269	29.090	34.904
Fornecedores (Itaipu Binacional)	219.658	227.228	284.068	340.842
Passivo Líquido Exposto	242.152	250.497	313.158	375.746
Efeito Líquido da Variação Cambial		8.345	71.006	133.594

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig D às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras <i>(nota 4)</i>	385.962	343.627
Títulos e Valores Mobiliários <i>(nota 5)</i>	476.440	342.358
CVA e Outros Componentes Financeiros <i>(nota 11)</i>	34.806	397.725
Outros Créditos com a Eletrobrás	27.661	90.065
	924.869	1.173.775
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI <i>(nota 15)</i>	(3.401.843)	(3.475.681)
CVA e Outros Componentes Financeiros <i>(nota 11)</i>	(947.534)	(804.975)
	(4.349.377)	(4.280.656)
Passivo Líquido Exposto	(3.424.508)	(3.106.881)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, a taxa SELIC será de 8,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 8,50%	Cenário SELIC 10,63%	Cenário SELIC 12,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	385.962	418.769	426.990	435.172
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	476.440	516.937	527.086	537.186
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC	34.806	37.765	38.506	39.244
Outros Créditos com a Eletrobrás	27.661	30.012	30.601	31.188
	<u>924.869</u>	<u>1.003.483</u>	<u>1.023.183</u>	<u>1.042.790</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 15)	(3.401.843)	(3.691.000)	(3.763.459)	(3.835.578)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC	(947.534)	(1.028.074)	(1.048.257)	(1.068.345)
	<u>(4.349.377)</u>	<u>(4.719.074)</u>	<u>(4.811.716)</u>	<u>(4.903.923)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.424.508)	(3.715.591)	(3.788.533)	(3.861.133)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(291.083)	(364.025)	(436.625)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 11) (*)	129.563	128.071
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.622.207)	(2.625.162)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(548.719)	(570.184)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(208.030)	-
	<u>(3.378.956)</u>	<u>(3.195.346)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.249.393)	(3.067.275)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, o IPCA será de 4,79%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,79%	Cenário IPCA 5,99%	Cenário IPCA 7,19%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 11)	129.563	135.769	137.324	138.879
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.622.207)	(2.747.811)	(2.779.277)	(2.810.744)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(548.719)	(575.003)	(581.587)	(588.172)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(208.030)	(217.995)	(220.491)	(222.987)
	(3.378.956)	(3.540.809)	(3.581.355)	(3.621.903)
Passivo Líquido Exposto	(3.249.393)	(3.405.040)	(3.444.031)	(3.483.024)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(155.647)	(194.638)	(233.631)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig D administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$1.489.324. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 30 de junho de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$2.104.589 e R\$4.007.463, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$687.946.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, obrigações com o Fundo de Pensão FORLUZ e Fornecedores, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	10.596	86.167	2.365.652	4.201.458	1.354.353	8.018.226
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.956	23.929	65.428	434.550	248.091	779.954
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.803	5.444	14.887	98.908	295.652	416.694
	<u>20.355</u>	<u>115.540</u>	<u>2.445.967</u>	<u>4.734.916</u>	<u>1.898.096</u>	<u>9.214.874</u>
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.110.624	128.768	409	-	-	1.239.801
	<u>1.130.979</u>	<u>244.308</u>	<u>2.446.376</u>	<u>4.734.916</u>	<u>1.898.096</u>	<u>10.454.675</u>

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Total do Passivo	14.216.551	13.931.950
Caixa e Equivalentes de Caixa	(420.602)	(426.074)
Fundos Vinculados	(98)	(89)
Passivo Líquido	13.795.851	13.505.787
Total do Patrimônio Líquido	2.308.772	2.499.867
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	5,98	5,40

25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2017	Valor justo em 30 de junho de 2017		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	51.016	-	51.016	-
Letras Financeiras – Bancos	260.235	-	260.235	-
Letras Financeiras do Tesouro	110.594	110.594	-	-
Debêntures	19.932	-	19.932	-
	441.777	110.594	331.183	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	252.392	-	-	252.392
	694.169	110.594	331.183	252.392

	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.440	-	10.440	-
Letras Financeiras – Bancos	230.661	-	230.661	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	325.726	61.463	264.263	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	541.833	61.463	264.263	216.107

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$38.948 no primeiro semestre de 2017 (R\$79.497 no primeiro semestre de 2016).



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras em 11 de abril de 2017 sem modificação e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 2.3, foram anteriormente foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 11 de agosto de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 2.3, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis.

Belo Horizonte (MG), 11 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

CEMIG Distribuição S.A.

Revisão das Informações Trimestrais - ITR
do Segundo Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CEMIG Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias correspondentes da CEMIG Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Essas informações correspondentes estão sendo apresentadas, para fins de comparação no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações contábeis intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias correspondentes

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias correspondentes incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Em 11 de agosto de 2016, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as informações correspondentes acima referidas foram alteradas em relação àquelas informações contábeis intermediárias anteriormente divulgadas relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2. Nossa conclusão está limitada às informações correspondentes acima referidas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre estas informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. A presente conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações correspondentes sobre a Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações correspondentes, ajustadas para contemplar os ajustes descritos na nota 2, foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias correspondentes tomadas em conjunto.
Belo Horizonte, 11 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG
089.422/O-0

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

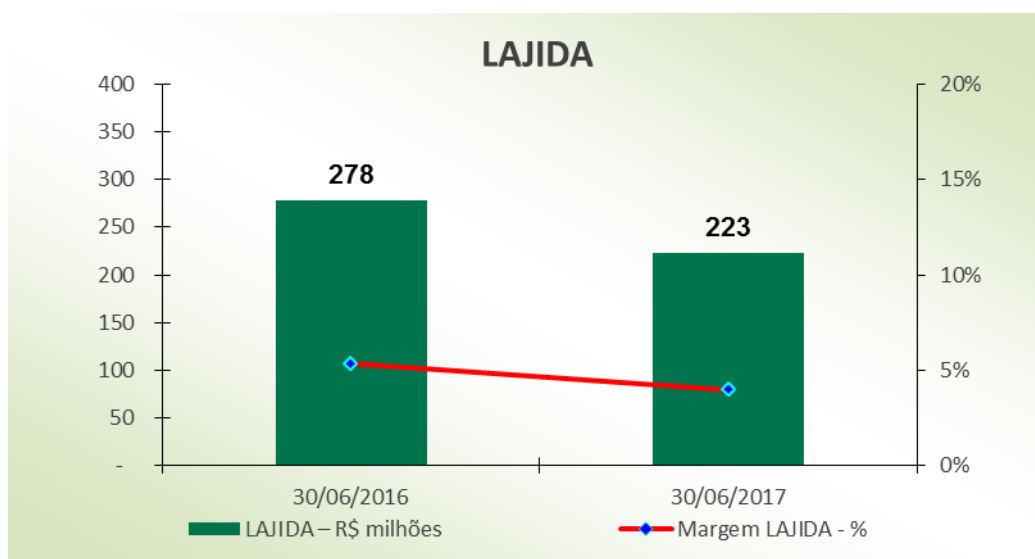
Resultado do Período

A Cemig D apresentou, no primeiro semestre de 2017, um prejuízo de R\$191.095 em comparação ao prejuízo de R\$77.905 no primeiro semestre de 2016. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros semestres de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig D apresentou uma redução de 19,53% no período de janeiro a junho de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2017	30/06/2016 Reapresentado	Var. %
Resultado do Período	(191.095)	(77.905)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(76.670)	(15.258)	-
+ Resultado Financeiro Líquido	228.106	126.920	79,72
+ Amortização	263.051	243.855	7,87
= LAJIDA	223.392	277.612	(19,53)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 5,36%, no primeiro semestre de 2016 para 3,97% no primeiro semestre de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$8.184.155, no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$8.394.930, no primeiro semestre de 2016, representando uma redução de 2,51%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a junho de 2017, decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- redução das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$156.435 no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$343.218 no primeiro semestre de 2016, em função menor cobrança no primeiro trimestre de 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- redução de 4,24% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	30/06/2017	30/06/2016	Var %
Residencial	5.033.072	5.016.742	0,33
Industrial	1.297.569	1.683.119	(22,91)
Comércio, Serviços e Outros	2.731.679	2.997.704	(8,87)
Rural	1.748.525	1.683.739	3,85
Poder Público	436.654	451.683	(3,33)
Iluminação Pública	675.900	673.420	0,37
Serviço Público	639.342	612.103	4,45
Total	12.562.741	13.118.510	(4,24)

Destaca-se a redução de 22,91% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$914.654, comparada a R\$852.866 no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 7,24%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no volume da energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro semestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$331.896, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$663.555 no mesmo período de 2016. Além disso, em função da fiscalização da Aneel e apuração dos valores efetivos de realização da CVA referente ao período correspondente ao reajuste tarifário em vigor de 28 de maio de 2016 a 27 de maio de 2017, a Companhia efetuou um ajuste devedor complementar de R\$213.918 referente à realização da CVA no período mencionado. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no primeiro semestre de 2017. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$421.112, no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$533.039, no primeiro semestre de 2016, uma redução de 21,00%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no primeiro semestre de 2017 foram de R\$4.142.898, comparados a R\$4.506.496 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 8,07%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$827.798 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$1.007.759 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$156.435 no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$343.218 no mesmo período de 2016, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$5.659.425 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$5.155.823 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 9,77%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 21 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$3.054.465 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$2.495.624 no primeiro semestre de 2016, um aumento de 22,39%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$687.833 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$247.495 no primeiro semestre de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017.

Além disso, houve um aumento nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$1.391.971 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$1.226.502 no primeiro semestre de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado realizados no primeiro semestre de 2017.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$314.263 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$436.904 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 28,07%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$643.937 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$587.896 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 9,53%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2017, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$123.443.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 12,50% no número médio de empregados, sendo 5.188 no 1º semestre de 2017 em comparação a 5.929 no 1º semestre de 2016.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$293.043 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$236.124 no primeiro semestre de 2016.

Ocorreu uma redução das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$140.765 no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$173.892 no primeiro semestre de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa no primeiro semestre de 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$150.959 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$27.989 no primeiro semestre de 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Maiores informações na nota explicativa nº 18.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2017, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$228.106, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$126.920 no mesmo período de 2016. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$51.408 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função da redução da dívida indexada ao CDI e da menor variação deste indexador, que foi de 5,61% de janeiro a junho de 2017 em comparação a 6,72% no mesmo período de 2016;
- Redução de R\$20.515 nos encargos de variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,18% no 1º semestre de 2017 em comparação à variação de 4,42% no 1º semestre de 2016.
- Redução de R\$82.588 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, também em função da redução na variação do IPCA, conforme mencionado no item anterior.
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$187.564 no primeiro semestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$28.080 no primeiro semestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de junho de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig D apurou, no primeiro semestre de 2017, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$76.670 em relação ao Prejuízo antes dos impostos de R\$267.765, representando um percentual de 28,63%. No primeiro semestre de 2016, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$15.258 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$93.163, representando um percentual de 16,38%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

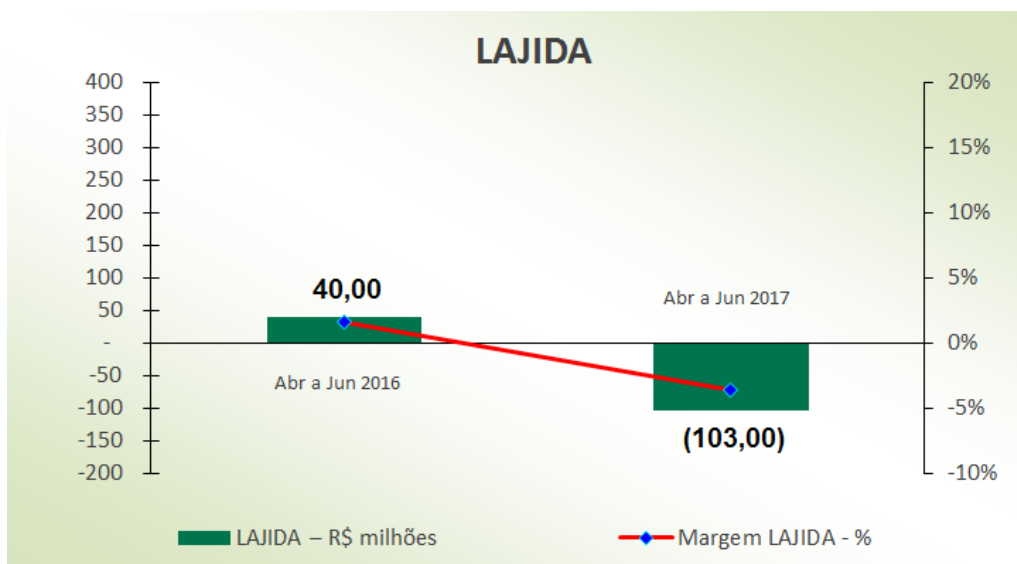
Resultado do Trimestre

A Cemig D apresentou, no segundo trimestre de 2017, prejuízo de R\$240.003 em comparação ao prejuízo de R\$50.764 no segundo trimestre de 2016. As principais variações na comparação dos resultados dos 2ºs trimestres de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig D apresentou uma redução no segundo trimestre de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2017	Segundo Trim/2016 Reapresentado
Resultado do Período	(240.003)	(50.764)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(111.261)	(16.524)
+ Resultado Financeiro Líquido	114.642	(14.683)
+ Amortização	133.284	122.010
= LAJIDA	(103.338)	40.039



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.005.582, no segundo trimestre de 2017, em comparação a R\$4.063.995, no segundo trimestre de 2016, representando uma redução de 1,44%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2017, decorrem dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- redução de 6,05% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Segundo Trim/2017	Segundo Trim/2016	Var %
Residencial	2.496.022	2.526.223	(1,20)
Industrial	653.536	851.818	(23,28)
Comércio, Serviços e Outros	1.322.077	1.482.428	(10,82)
Rural	950.049	959.912	(1,03)
Poder Público	226.041	236.281	(4,33)
Iluminação Pública	341.420	344.358	(0,85)
Serviço Público	324.405	319.218	1,62
Total	6.313.550	6.720.238	(6,05)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 23,28% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$447.050, comparada a R\$435.691 no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 2,61%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no volume da energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No segundo trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$29.294, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$531.351 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no segundo trimestre de 2017. Além disso, em função da fiscalização da Aneel e apuração dos valores efetivos de realização da CVA referente ao período correspondente ao reajuste tarifário em vigor de 28 de maio de 2016 a 27 de maio de 2017, a Companhia efetuou um ajuste devedor complementar de R\$213.918 referente à realização da CVA no período mencionado. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$239.754, no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$314.445, no segundo trimestre de 2016, uma redução de 23,75%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no segundo trimestre de 2017 foram de R\$2.108.996, comparados a R\$2.064.966 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 2,13%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$411.925, no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$457.014, do segundo trimestre de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve um aumento dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$127.177 no segundo trimestre de 2017, em comparação a R\$69.953 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se à alteração na bandeira tarifária, que foi vermelha nos meses de abril e maio de 2017 e verde em junho de 2017, em comparação à bandeira verde no segundo trimestre de 2016, o que implicou no maior recebimento de valores no segundo trimestre de 2017.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$3.088.400 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$2.580.105 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 19,70%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 21 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.675.757 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$1.219.609 no segundo trimestre de 2016, um aumento de 37,40%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$545.330 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$161.250 no segundo trimestre de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017.

Além disso, houve um aumento nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$642.185 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$561.058 no segundo trimestre de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado realizados em 2017.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$151.816 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$223.559 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 32,09%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$389.758 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$299.501 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 30,14%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2017, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$123.443.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 15,12% no número médio de empregados, sendo 4.992 no 2º trimestre de 2017 em comparação a 5.881 no 2º trimestre de 2016.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$156.449 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$91.564 no segundo trimestre de 2016.

Com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$93.211 no segundo trimestre de 2017 em comparação a uma reversão de R\$3.887 no segundo trimestre de 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Maiores informações na nota explicativa nº 18.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2017, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$114.642, comparada a uma Receita Financeira Líquida de R\$14.683 no mesmo período de 2016. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$52.841 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função da redução da dívida indexada ao CDI e da menor variação deste indexador, que foi de 2,55% no segundo trimestre de 2017 em comparação a 3,31% no mesmo período de 2016;
- Redução de R\$30.617 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, em função da redução na variação do IPCA, que foi de 0,22% no segundo trimestre de 2017 em comparação à variação de 1,75% no segundo trimestre de 2016.
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$167.833 no segundo trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$21.911 no segundo trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de junho de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig D apurou, no segundo trimestre de 2017, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$111.261 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$351.264, representando um percentual de 31,67%. No segundo trimestre de 2016, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$16.524 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$67.288, representando um percentual de 24,56%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente, interina e
cumulativamente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação, interina e cumulativamente

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização, interinamente

Franklin Moreira Gonçalves
Diretoria sem denominação específica

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260